



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO 2020

004. PROVA OBJETIVA

OFICIAL DO QUADRO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia um trecho do conto “Moto de mulher”, de Jarid Arraes, para responder às questões de números **01** a **04**.

Comprei uma Honda que tava na promoção e saí da loja dirigindo. Feliz demais, me sentindo que nem uma passarinha em cima da moto. O vento vem direto na cara, até arde o olho, mas é um sentimento gostoso de quase voar.

Primeiro eu vesti o colete de mototáxi que guardei por três meses enquanto esperava a oportunidade da moto. Saí pilotando pelo bairro, não andei nem três quarteirões e uma mulher fez sinal com a mão.

Para aí, mototáxi.

Parei e ela me olhou assustada quando chegou perto.

Oxe, e é mulher, é?

Eu dei um sorrisinho meio troncho. Disse que pois é. Ela montou na garupa e falou que pelo menos ficava mais à vontade pra segurar na minha cintura. Não segurava na cintura de mototáxi homem que era pra não dar liberdade. Eu disse que pois é de novo.

Fui deixar essa mulher tão longe que eu nem sabia onde era aquilo. Ela foi me ensinando. Parecia que não ia chegar nunca. O sol rachando.

Quando a gente chegou lá, na frente de uma casa de taipa toda se desmontando, ela perguntou quanto tinha dado a corrida. Eu fiquei pensando por um tempo e ela me olhando impaciente, mas eu tava juntando a cara pra falar que era dez reais. Achando que ela ia reclamar do preço, falei oito, mas ela me entregou o dinheiro e sumiu pra dentro da casa.

Fiquei tomando coragem pra voltar. Não sabia voltar, na verdade. Fiquei olhando pra todo lado, o celular quase sem sinal. Longe demais, longe de um jeito que nem dez conto pagava. O resumo era, então, a minha burrice. Otária demais, só oito reais. Dirigindo na chinelada, com medo de qualquer cara de macho que aparecia nas calçadas. Eu só achava que iam me roubar. Imagina se levam minha moto zerada...

Fiquei nessa angústia, duas horas perdida. Até que avistei a estrada de volta pra Matriz. Depois, comecei a reconhecer melhor as casinhas, as cercas, as placas. Entrei de novo na cidade com a maior alegria. Mais feliz do que quando peguei a moto pela primeira vez.

(Redemoinho em dia quente. Alfaguara, 2019. Adaptado)

01. De acordo com as informações do texto, a narradora

- (A) comprou o colete especificado por lei quando pensou, pela primeira vez, em exercer a profissão de mototáxi, atividade tradicionalmente masculina.
- (B) notou que a cliente, habitualmente mais confiante ao ser conduzida por homens, ficou pouco à vontade em ser conduzida em uma moto pilotada por mulher.
- (C) ficou constrangida ao perceber a hesitação da cliente pelo fato de a narradora não conhecer os arredores da cidade onde a mulher residia.
- (D) reconheceu que a primeira corrida não compensou financeiramente, todavia, ao retornar à cidade, a sensação de superação suplantou as adversidades.
- (E) revoltou-se ao concluir que a cliente quis fazê-la de otária e, temendo ser assaltada por alguém, voltou rapidamente para a praça da Matriz.

02. Assinale a alternativa em que as expressões destacadas nos trechos do texto indicam, respectivamente, causa, intensidade e reiteração.

- (A) ... guardei por três meses **enquanto** esperava a oportunidade da moto. / Otária **demais**, só oito reais. / Fiquei **nessa** angústia, duas horas perdida.
- (B) Não segurava na cintura de mototáxi homem **que** era pra não dar liberdade. / ... até arde o olho, mas é um sentimento gostoso de **quase** voar. / Eu disse que pois é **de novo**.
- (C) ... não andei nem três quarteirões **e** uma mulher fez sinal com a mão. / O sol **rachando**. / ... com medo de **qualquer** cara de macho que aparecia nas calçadas.
- (D) Achava que ela ia reclamar do preço, **mas** ela me entregou o dinheiro e sumiu... / Parecia que não ia chegar **nunca**. / Mais feliz do que quando peguei a moto **pela primeira vez**.
- (E) Feliz demais, me sentindo **que** nem uma passarinha... / Eu dei um sorrisinho **meio** troncho. / Fui deixar essa mulher tão longe que eu nem sabia onde era **aquilo**.

03. Considerando que a linguagem do texto nem sempre segue o padrão normativo, pode-se concluir corretamente que uma das intenções do uso desse recurso é

- (A) evidenciar a inépcia da narradora, como comprova o trecho: “Feliz demais, me sentindo que nem uma passarinha em cima da moto.”.
- (B) enfatizar as limitações expressivas da linguagem coloquial, como comprova o trecho: “Imagina se levam minha moto zerada...”.
- (C) imprimir um tom lírico à narrativa, como comprova o trecho: “Comprei uma Honda que tava na promoção e saí da loja dirigindo.”.
- (D) expor as atitudes contraditórias da narradora, como comprova o trecho: “Fiquei olhando pra todo lado, o celular quase sem sinal.”.
- (E) retratar a maneira de ser da narradora, como comprova o trecho: “... ela me olhando impaciente, mas eu tava juntando a cara pra falar que era dez reais.”.

04. Assinale a alternativa em que a frase elaborada a partir das ideias do texto traz as formas verbais empregadas de acordo com a norma-padrão.

- (A) A narradora deveria perceber que, tão logo contivesse o desespero, conseguiria voltar à cidade de onde partira para sua primeira viagem.
- (B) A narradora devia perceber que, desde que contesse o desespero, iria conseguir voltar à cidade de onde partiu para sua primeira viagem.
- (C) A narradora deverá perceber que, assim que contém o desespero, conseguirá voltar à cidade de onde havia partido para sua primeira viagem.
- (D) A narradora deve perceber que, contanto que contenha o desespero, conseguira voltar à cidade de onde parte para sua primeira viagem.
- (E) A narradora devia ter percebido que, depois que contera o desespero, teria conseguido voltar à cidade de onde partia para sua primeira viagem.

Leia o texto para responder às questões de números 05 e 06.

Na fase NREM, o sono divide-se em quatro estágios, todos essenciais para uma boa noite de sono.

O primeiro estágio é a fase de sonolência, em que começamos a sentir as primeiras sensações do sono, e a principal característica desse estágio é que será fácil acordar. Um exemplo são aqueles cochilos rápidos, período de 1 a 5 minutos, _____ podemos acordar com qualquer barulho que aconteça no local.

No segundo estágio, que dura geralmente de 5 a 15 minutos, a atividade cardíaca reduz drasticamente, os músculos entram em estado de relaxamento e a temperatura do corpo cai. É mais difícil acordar o indivíduo e é aquele estágio _____, se somos interrompidos, não conseguimos nos concentrar em nada.

No terceiro estágio, a profundidade do sono é menor, _____ é o momento ideal para acordar de uma soneca, pois já relaxamos o corpo e estamos prontos para recuperar gradativamente a nossa atenção.

Ao atingirmos o quarto estágio, podemos dizer que “dormimos” em lugar de “apenas cochilamos”.

Somente depois de passarmos pelo quarto estágio, _____ estado é de profundo relaxamento, é que entramos na última etapa do sono – o sono REM.

(<https://www.maxflex.com.br/institucional/blog/sono-rem-e-nrem-duas-fases-que-definem-qualidade-da-sua-noite>. Adaptado)

05. Para que haja coesão entre as ideias, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) durante o qual ... em que ... por isso ... cujo
- (B) com o qual ... em que ... aqui ... ao qual o
- (C) com o qual ... conforme ... contudo ... cujo
- (D) durante o qual ... conforme ... onde ... ao qual o
- (E) no qual ... onde ... por isso ... todavia o

06. Considerando tipos e gêneros textuais, é correto afirmar que o texto selecionado é, predominantemente:

- (A) argumentativo; caracteriza-se por conter diferentes pontos de vista; emprega linguagem objetiva.
- (B) expositivo; caracteriza-se por conter explicações; emprega linguagem objetiva.
- (C) descritivo; caracteriza-se por conter a prescrição de condutas; emprega linguagem subjetiva.
- (D) injuntivo; caracteriza-se por conter dados acadêmicos; emprega linguagem subjetiva.
- (E) narrativo; caracteriza-se por conter um depoimento; emprega linguagem objetiva.

07. Muitos **creem** que é **supérfluo** ter uma longa noite de sono, porém, para o neurocientista Matthew Walker, autor do livro “Por que nós dormimos?”, os seres humanos precisam, com raras **excessões**, de oito horas diárias de sono. Há um consenso de que indivíduos que **prescindem** de uma boa noite de sono podem se tornar **ansiosos** e ter um comportamento **contraproducente**, por isso Walker recomenda que as pessoas também façam a sesta, o que certamente é **factive!** apenas para alguns **privilegiados**.

Para que o texto esteja em conformidade com a ortografia e a acentuação previstas pela norma-padrão, algumas das palavras destacadas devem ser reescritas. A forma correta dessas palavras encontra-se na alternativa:

- (A) crêem; exceções; prescindem; contra-producente.
- (B) factivel; ansiosos; prescindem; privilegiados.
- (C) supérfluo; exceções; factivel; contra-producente.
- (D) supérfluo; exceções, ansiosos; privilegiados.
- (E) crêem; supérfluo; ansiosos; contra-producente.

Leia o texto para responder às questões de números **08 a 14**.

Qual é o papel de um museu que conta histórias de vida?

O Museu da Pessoa foi criado em 1991 com o objetivo de registrar e preservar histórias de vida de todo e qualquer indivíduo. A ideia é valorizar essas memórias e torná-las uma fonte de compreensão, conhecimento e conexão entre as pessoas, dos narradores aos visitantes que a instituição atrai.

O Museu da Pessoa é colaborativo, ou seja, qualquer pessoa pode se voluntariar para contar sua história. Todas as pessoas que se dispõem a falar são entrevistadas por colaboradores da instituição, que durante longas conversas buscam estimular os participantes a lembrar os detalhes de sua trajetória. É possível encontrar nos arquivos histórias de professores, poetas, comerciantes e trabalhadores rurais, de variadas idades e regiões do país.

A curadora e fundadora do Museu da Pessoa, Karen Worcman, teve a ideia de criar a instituição no fim dos anos 1980, quando participou de um projeto de entrevistas com imigrantes no Rio e percebeu que os depoimentos ouvidos ajudavam a contar a história mais ampla do país. Mais de 25 anos depois da fundação do museu, Worcman pensa o mesmo. “A história de cada pessoa é uma perspectiva única sobre a história comum que todos nós vivemos como sociedade”, disse a curadora ao jornal Nexo.

Para Worcman, as narrativas do acervo podem fazer o público do museu não só conhecer a vida de outras pessoas mas também “aprender sobre o mundo e a sociedade com o olhar do outro”. Abertas a outros pontos de vista, as pessoas transformam seu modo de ver o mundo e criam uma sociedade mais justa e igualitária.

(Mariana Vick, *Nexo Jornal*, 29 de junho de 2020. Adaptado)

08. De acordo com o texto, as narrativas pessoais registradas no Museu da Pessoa permitem que

- (A) seja redimensionado o papel dos museus na sociedade contemporânea, ainda que o projeto de Karen Worcman, fundado no fim dos anos 80, careça de reconhecimento social.
- (B) se conheçam as histórias de vida dos imigrantes do Estado do Rio de Janeiro, registradas pela primeira vez nos anos 80 e imediatamente enviadas para o acervo do museu.
- (C) sejam valorizadas as memórias de um indivíduo que, além de ensinar e conectar as pessoas, ainda contribuem para contar a história de uma sociedade.
- (D) se faça uma extensa e profunda revisão da história recente do país, a partir dos relatos sobre a vida de pessoas célebres, de grande relevância no cenário nacional.
- (E) seja reavaliado o uso do termo “museu”, uma vez que o projeto fundado por Karen Worcman se baseia em acervo imaterial, sem pretensão de resgatar e guardar histórias da sociedade.

09. De acordo com Bechara (2019), uma oração subordinada adjetiva pode ter valor *explicativo* ou *restritivo*, a depender do fato de ela modificar ou não a referência do antecedente. Com base na distinção feita pelo autor, assinale a alternativa em que está destacada uma oração subordinada adjetiva restritiva.

- (A) O Museu da Pessoa é colaborativo, ou seja, **qualquer pessoa pode se voluntariar**.
- (B) **Abertas a outros pontos de vista**, as pessoas transformam seu modo de ver o mundo.
- (C) ... colaboradores da instituição, **que durante longas conversas buscam estimular os participantes** a lembrar os detalhes de sua trajetória.
- (D) ... e percebeu **que os depoimentos ouvidos ajudavam a contar a história mais ampla do país**.
- (E) Todas as pessoas **que se dispõem a falar** são entrevistadas por colaboradores da instituição.

10. Considere as passagens do texto:

- I. O Museu da Pessoa é colaborativo, ou seja, qualquer pessoa pode se voluntariar para contar sua história.
- II. A curadora e fundadora do Museu da Pessoa, Karen Worcman, teve a ideia de criar a instituição no fim dos anos 1980.
- III. Mais de 25 anos depois da fundação do museu, Worcman pensa o mesmo.

Com base nas regras de pontuação descritas por Celso Luft (1998), é correto afirmar que as vírgulas presentes nos trechos indicam o uso de:

- (A) I-expressão explicativa; II-aposto; III-adjunto adverbial.
- (B) I-expressão corretiva; II-vocativo; III-oração adverbial.
- (C) I-expressão explicativa; II-vocativo; III-oração adverbial.
- (D) I-expressão coordenada; II-sujeito; III-enumeração.
- (E) I-expressão corretiva; II-aposto; III-adjunto adverbial.

11. Assinale a alternativa correta quanto à norma-padrão de concordância verbal, em conformidade com o Manual de Redação da Presidência da República.

- (A) O mundo e a sociedade torna-se objeto de conhecimento quando se conhece a vida de outras pessoas.
- (B) No Museu da Pessoa, tratam-se de questões relevantes para o debate público nacional.
- (C) Worcman teve a ideia de criar o museu quando participou de um projeto no qual se entrevistavam imigrantes no Rio.
- (D) No Museu da Pessoa, existe colaboradores que entrevistam as pessoas dispostas a falar.
- (E) Histórias comuns das pessoas compõe o acervo do Museu da Pessoa, concebido por Karen Worcman.

12. Bechara (2019) define as conjunções coordenativas como aquelas que “reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático”. Nesse sentido, é correto afirmar que a alternativa em que a conjunção coordenativa aparece em destaque é:

- (A) A sociedade seria mais igualitária **se** as histórias de vida fossem compartilhadas.
- (B) Histórias de vida são pessoais, **mas** carregam consigo parte da história de um país.
- (C) As entrevistas eram feitas **conforme** o desejo dos participantes de contar suas histórias.
- (D) Worcman não imaginava **que**, depois de mais de duas décadas, o museu ainda existiria.
- (E) As histórias de pessoas simples são preservadas **como** ocorre com personalidades famosas.

13. Considere os enunciados:

- O Museu da Pessoa possibilita _____ qualquer indivíduo o registro de suas memórias.
- Devido _____ entrevistas realizadas por colaboradores da instituição, é possível encontrar histórias de muitas pessoas, de variadas idades e regiões do país.
- A instituição _____ qual Karen Worcman estava vinculada realizava entrevistas com imigrantes no Rio de Janeiro.

Em conformidade com as considerações de Almeida (2006), no *Dicionário de questões vernáculas*, sobre o emprego do acento indicativo de crase, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... à ... à
- (B) à ... as ... a
- (C) à ... às ... à
- (D) a ... a ... à
- (E) à ... às ... a

14. A respeito da colocação dos pronomes átonos, Bechara (2019) estabelece alguns critérios que estão de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa falada e escrita no Brasil. Desse ponto de vista, deve ser considerada correta a frase contida na alternativa:

- (A) Na busca pela criação de uma sociedade mais justa, quantos se oferecem para contar suas histórias?
- (B) Preservar histórias de vida é uma forma de jamais condená-las ao esquecimento.
- (C) Sempre ajuda-se a sociedade a crescer com projetos voltados às histórias dos indivíduos.
- (D) Nos sentimos melhores quando aprendemos sobre o mundo a partir de outras experiências.
- (E) Recorrer às histórias de vida dos indivíduos tem mostrado-se uma forma de conhecer a história mais ampla do país.

15. O projeto empreendido pelos portugueses de colonização do território que viria a se chamar Brasil se deu, primeiramente, pela implementação das conhecidas capitânicas hereditárias, a partir de 1532. Segundo Boris Fausto:

“O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao Equador que iam do litoral até o meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães donatários. Eles constituíram um grupo diversificado onde havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a coroa portuguesa”.

(Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000)

É consenso na historiografia brasileira que o fracasso das capitânicas hereditárias se deveu a diversos fatores conjugados, tendo destaque

- (A) a monopolização da coroa sobre as terras recém-descobertas, a intervenção da administração real no modo como os colonos empreenderam a colonização e a falta de apoio da igreja católica na catequização dos indígenas, considerados indignos da catequese.
- (B) a ausência de mão de obra disponível no litoral para os trabalhos referentes à colonização, a dificuldade de escoamento dos produtos coloniais no mercado de consumo europeu e o desinteresse dos portugueses nas terras recém-conquistadas.
- (C) a miscigenação dos colonos portugueses com as populações ameríndias, que os tornara, em pouco tempo, lascivos e ociosos do trabalho da empreitada colonial, e a intervenção constante dos jesuítas nos negócios dos colonos, arregimentando populações nativas aos trabalhos de cunho religioso, em detrimento do trabalho braçal.
- (D) a falta de recursos dos donatários para investir na colonização do território, a inexperience no processo de colonização das regiões situadas na América, além dos ataques constantes dos nativos indígenas aos aldeamentos coloniais.
- (E) o clima e o solo pouco propícios para a produção de artigos e produtos agrícolas que eram valorizados no mercado europeu e a dificuldade de adaptação dos portugueses às novas terras, haja vista que esta era a primeira experiência de colonização de territórios distantes de Portugal.

16. A escravidão moderna caracterizou-se por trazer à tona uma realidade nova ao já secular comércio de escravos ocorrido no continente africano.

(Líliã Schwarcz e Heloísa Starling. *Brasil: uma biografia*. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015)

De acordo com as autoras, na obra *Brasil: uma biografia*, a referida nova realidade consiste

- (A) na conquista rápida e efetiva dos reinos tribais africanos pelas forças expedicionárias lusitanas, a fim de monopolizar o comércio de escravos para a América, interrompendo, assim, o fluxo de tráfico escravista para o oriente médio e tornando os portugueses os maiores comerciantes de gente do período.
- (B) no modo como os reinos africanos constituídos se fortaleceram em alianças internas, após a influência europeia pressioná-los a aderir às alianças de benefício unilateral, que exaltavam a presença europeia no continente africano.
- (C) no esvaziamento do comércio de escravos na costa atlântica em detrimento de uma intensificação das rotas de comércio de escravos estabelecidas entre os reinos africanos e o mundo muçulmano, configurando-se este último na maior expressão do escravismo moderno.
- (D) no fim das hostilidades entre europeus e africanos, com relação à religiosidade e à adoção do cristianismo por parte de alguns reinos, na lucratividade e na monopolização do trabalho escravizado, bem como do comércio que o sustentava, gerando assim cisões irreversíveis na diplomacia entre os continentes.
- (E) na mudança de escala do comércio de africanos escravizados, tanto no que se refere ao volume de cativos, quanto no emprego crescente da violência. Isso alterou a dinâmica de guerras e das redes de relacionamento internas dos estados africanos.

17. Com o objetivo de promover pouco a pouco a substituição do braço escravo na lavoura de café, recorreu-se, nos meados do século XIX, à colonização estrangeira, sob sistema de parceria. Pretendia-se, dessa maneira, conciliar fórmulas usadas nos núcleos coloniais de povoamento com as necessidades do latifúndio cafeeiro. Contava-se com a experiência dos núcleos coloniais de povoamento cuja criação desde a vinda da Corte de D. João VI para o Brasil tinha sido estimulada. A partir de então, havia se rompido definitivamente com as tradicionais restrições à fixação de estrangeiros na colônia. Estimulava-se a vinda de imigrantes.

(Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999)

O trecho acima aponta um primeiro motivo para o incentivo à imigração: a substituição do trabalho escravo. Outros motivos pertinentes para se estimular a migração foram:

- (A) a crise do modelo agrário brasileiro, com a expulsão dos proprietários de suas terras tradicionais, e a falta de trabalhadores no vasto território do Império.
- (B) a chegada da família real com sua corte, o que trouxe a necessidade de mão de obra excedente, e a dificuldade de se controlar a população escrava.
- (C) a questão demográfica, reconhecendo-se a necessidade de povoamento do país, e o branqueamento da população que, à época, era composta majoritariamente por negros e indígenas.
- (D) os problemas econômicos do Império, que já não possuía mais recursos para a compra de escravos africanos, cada vez mais caros, e o aumento da população de escravos e indígenas, que ameaçava os domínios de Pedro II.
- (E) a pluralização de povos, que estava nos planos imperiais de miscigenação da população, e a alta mortalidade da escravaria do campo.

18. Assim, a explicação de que é a “ideia” da Independência que constitui a força propulsora da renovação que se operava no seio da colônia parece pelo menos arriscada.

(Caio Prado Jr. *A formação do Brasil contemporâneo*. 23. edição. São Paulo: Brasiliense, 1994)

Considerando a obra e o fragmento do texto, podemos afirmar que a Independência

- (A) foi um processo de construção em massa que unificou os diversos setores da sociedade nacional, sobretudo, a partir da aliança entre os defensores do modelo escravista e os movimentos abolicionistas do período.
- (B) consolidou um longo período de acordos entre as elites vinculadas aos portugueses e a nova burguesia industrial vinculada às cidades e às ideias progressistas que permitiram incluir os diferentes grupos neste projeto nacional.
- (C) foi um processo no qual várias concepções de separação coexistiram, uma vez que não existia um projeto de unidade em torno da Independência do país, diante de interesses e disputas conflitantes no período.
- (D) foi a continuidade de um projeto de inclusão e transformação da sociedade brasileira, com especial destaque à incorporação de direitos e à cidadania estendida a mulheres, negros e indígenas, entre outros grupos, neste processo.
- (E) conteve a organização revolucionária de povos e trabalhadores, que, unidos em confederações e grupos sindicais, conseguiram participar ativamente das negociações em torno da transição para o modelo Imperial do século XIX.

19. As ideias separatistas nasciam do profundo desequilíbrio entre o poder político e o poder econômico que se observava nos fins do Império, oriundo do empobrecimento das áreas de onde provinham tradicionalmente os elementos que manipulavam o poder e concomitantemente do desenvolvimento de outras áreas que não possuíam a devida representação no governo.

As transformações econômicas e sociais que se processam durante a segunda metade do século XIX acarretam o aparecimento de uma série de aspirações novas provocando numerosos conflitos. [...]

(Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Fund. Ed. Unesp, 1999)

Para Emília Viotti da Costa, o tal “desequilíbrio entre o poder político e o poder econômico” refere-se

- (A) à perda da importância política das províncias do Centro-Sul em virtude da Reforma Eleitoral de 1883 e, ao mesmo tempo, a uma reorganização econômica das províncias do Norte, a partir da produção de açúcar e algodão, e com o uso da mão de obra oriunda da imigração subsidiada.
- (B) à fragilização econômica dos barões do café do Vale do Paraíba, que, ainda assim, detinham um forte poder político, e ao Oeste Paulista, que se tornou, a partir de 1880, a região mais dinâmica do país, embora com uma participação política relativamente pequena.
- (C) à província de Minas Gerais, produtora agropastoril com a mão de obra cativa e forte opositora às políticas do Império, condição diversa de São Paulo que, com o avanço da produção cafeeira, usou a sua grande bancada de parlamentares para defender a transformação do escravo em trabalhador livre.
- (D) ao novo patamar econômico atingido pelas províncias de São Paulo e de Minas Gerais que, desde 1870, produziam café essencialmente com a mão de obra livre do imigrante europeu, em contraposição às províncias do Norte, que reforçavam a escravidão com a compra de escravos do Sul.
- (E) à bancada do Partido Liberal das províncias decadentes economicamente desde 1850, caso de Minas Gerais e Bahia, que defendiam a manutenção da escravatura, em contraponto ao vigoroso apoio do Partido Conservador aos projetos que encaminhassem o fim da escravidão.

20. Há uma história do tenentismo antes e depois de 1930. Os dois períodos dividem-se por uma diferença essencial.

(Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000)

O tenentismo, antes e depois de 1930, respectivamente,

- (A) demarcava com os princípios econômicos da social-democracia e tinha bastante clareza ideológica; participava ativamente da política até a instauração do Estado Novo e defendia que o Estado não deveria interferir na atividade econômica.
- (B) propunha uma reordenação política da nação por meio de um sistema eleitoral censitário; defendeu as políticas oriundas das forças oligárquicas alijadas do poder por meio da Revolução de 1930, o que justifica o apoio às forças paulistas no movimento de 1932.
- (C) organizava-se nacionalmente e teve participação central na eleição de Washington Luís em 1926; desprestigiado pela ordem surgida com a Revolução de 1930, agrupou-se no Partido Democrático, ficando sua força política restrita aos estados mais pobres do país.
- (D) rebelou-se contra o Estado oligárquico, caso da Revolução de 1924, que tinha o objetivo de derrubar Artur Bernardes; teve participação no governo, com os “tenentes” assumindo interventorias nos estados, principalmente no Nordeste.
- (E) esteve vinculado às ideias antiliberais dos anos 1920, o que explica a defesa de uma radical legislação de proteção ao trabalho; fez forte oposição ao Governo Provisório porque discordava da postura de Vargas em protelar a volta da constitucionalidade do país.

21. Já observamos que, de 1929 ao ponto mais baixo da depressão, a renda monetária no Brasil se reduziu entre 25 e 30 por cento. Nesse mesmo período, o índice de preços dos produtos importados subiu 33 por cento. Compreende-se, assim, que a redução no *quantum* das importações tenha sido superior a 60 por cento.

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira.

(Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Adaptado)

A “situação praticamente nova na economia brasileira”, segundo Furtado, refere-se

- (A) à preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital.
- (B) ao abandono dos mecanismos públicos de proteção à agricultura de exportação, especialmente do algodão.
- (C) ao estabelecimento de mecanismos de transferência de capitais do setor agrário para o financeiro.
- (D) à elaboração de uma política econômica voltada a ampliar as disparidades regionais do país.
- (E) à passagem da hegemonia econômica dos cafeicultores paulistas para os industriais nordestinos.

22. Em 1983, lideranças partidárias demandavam mudança nas regras da sucessão da presidência da República, mediante a aprovação de emenda constitucional.

Só um fato extraordinário poderia romper com as regras que impunham a vitória de um candidato eleito pelo voto indireto para a sucessão presidencial, e as oposições se encarregaram de criá-lo. A campanha com lema “Diretas Já” começou timidamente, em junho de 1983, com um comício em Goiânia, que reuniu 5 mil pessoas e demonstrou a viabilidade de um movimento de massas orientado para exigir do Congresso Nacional a aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

A oposição contava com algumas vantagens.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Adaptado)

Para Lília Schwarcz e Heloisa Starling, uma dessas vantagens foi

- (A) a maioria parlamentar da oposição na Câmara dos Deputados conquistada com as eleições de 1982, condição que permitia um forte equilíbrio no Colégio Eleitoral e nos acordos com o Executivo.
- (B) a interpretação do Supremo Tribunal Federal de que qualquer partido político legalizado, criado a partir de 1979, tinha o direito de disputar as eleições indiretas por meio do Colégio Eleitoral.
- (C) a vitória eleitoral das oposições ao governo federal nas eleições municipais de 1980, que garantiu o controle da maioria das capitais de estado e das cidades com mais de 100 mil habitantes.
- (D) a maioria obtida no Senado pelo PMDB em virtude da extinção do mandato dos senadores indiretos eleitos em 1974, o que fez o PDS perder a maioria absoluta no Congresso Nacional.
- (E) o saldo positivo das eleições diretas para governador de estado realizadas em 1982, nas quais o PMDB elegeu nove governadores, incluídos os mais ricos, e o PDT conquistou o governo do Rio de Janeiro.

23. Analise o gráfico para responder à questão.

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA (1920-2010)



(H. Théry e N. A. Mello-Théry. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2018. Adaptado)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a dinâmica demográfica brasileira permitem afirmar que

- (A) a partir do final do século XX, o crescimento natural da população tornou-se mais acelerado, dando início à fase final da transição demográfica.
- (B) entre as décadas de 1960 e 1980, o processo de urbanização e a ampliação dos sistemas de comunicação em massa contribuíram para o início de uma nova fase da transição demográfica.
- (C) desde as décadas finais do século XX, foram observados dois processos concomitantes: a explosão demográfica acelerada e o incremento do processo de urbanização.
- (D) por volta da década de 1960, a taxa de natalidade acompanhou o ritmo de queda da taxa de mortalidade devido à implementação de políticas públicas de caráter natalista.
- (E) entre a década de 1940 e 1980, o crescimento natural apresentou oscilações, o que confirmava a dificuldade de se iniciar o processo de transição demográfica.

24. Em 1998, o Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). (http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_rm_pt.pdf)

Um dos pontos positivos do IDHM é o fato de ele

- (A) refletir os avanços socioeconômicos da população, fato que indica a persistente redução das diferenças regionais observadas no país há décadas.
- (B) levar em conta duas das principais dimensões da vida humana: a saúde e a educação, embora estes dois elementos não sejam comparáveis entre as regiões brasileiras.
- (C) destacar com nitidez as diferenças de condições socioeconômicas e culturais entre a população urbana daquelas encontradas na população rural.
- (D) popularizar o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não na visão de que o desenvolvimento se limita a crescimento econômico e ao PIB.
- (E) ter se tornado uma medida nacional para estabelecer as condições de vida dos brasileiros, embora seja obtido após a divulgação dos dados do IDH mundial fornecido pela ONU.

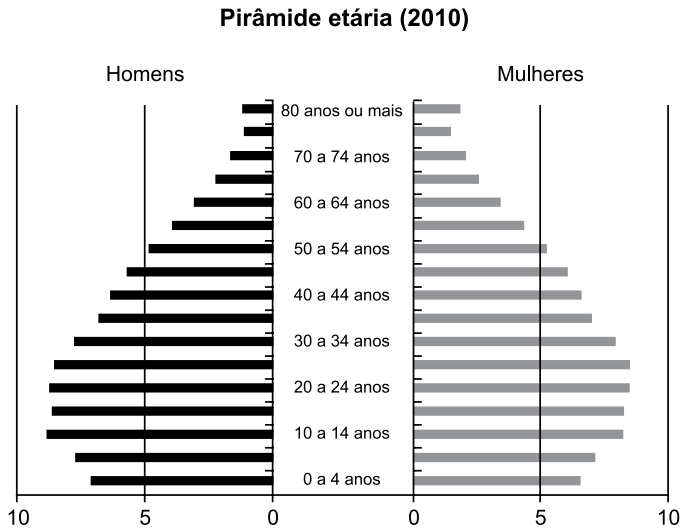
25. Para promover a industrialização, a partir dos anos de 1960, o Estado adotou várias ações importantes, dentre as quais:

- (A) a implementação de tecnopolos para a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.
- (B) a criação de políticas de privatização de ramos industriais ligados aos bens de consumo.
- (C) a criação e a ampliação das infraestruturas em distritos industriais em várias regiões do Brasil.
- (D) a abertura do mercado brasileiro a produtos estrangeiros para incentivar a produtividade nacional.
- (E) o incentivo aos movimentos sindicais para a implementação de políticas salariais.

26. Segundo Théry e Mello-Théry (2018), as propriedades agrárias muito grandes (mais de 500 ha) e as muito pequenas (menos de 1 ha) ocupam zonas distintas no Brasil. Para os autores, são exemplos de áreas de concentração de propriedades muito grandes e muito pequenas, respectivamente:

- (A) Amazonas e Santa Catarina.
- (B) Bahia e Triângulo Mineiro.
- (C) Pará e São Paulo.
- (D) Goiás e Campanha Gaúcha.
- (E) Mato Grosso e Agreste pernambucano.

27. Observe o gráfico.



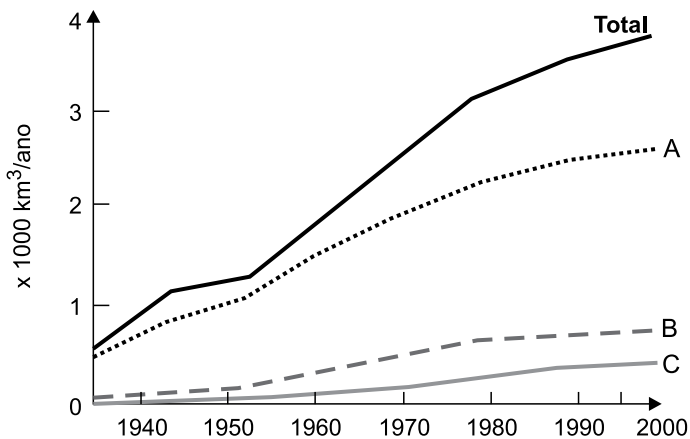
©HT/NAMT 2018 Fonte: IBGE, 2010b.

(H. Théry e N. A. Mello-Théry. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2018. Adaptado)

Considerando as transformações recentes na pirâmide etária brasileira, uma das suas consequências é

- (A) a pressão sobre o sistema de proteção social.
- (B) o estímulo à produtividade da mão de obra formal.
- (C) o aumento da população absoluta do país.
- (D) a adoção de políticas restritivas à natalidade.
- (E) a recomposição da população economicamente ativa.

28. Observe a figura que representa o uso mundial de água por três setores entre 1940 a 2000.



(Ricardo Hirata. Recursos Hídricos. In: W. Teixeira. et al. (org.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000. Adaptado)

Os totais indicados com as letras A, B e C representam, respectivamente, os consumos de água mundial pelos setores:

- (A) agricultura, silvicultura e plasticultura.
- (B) urbano, indústria e têxtil.
- (C) agricultura, indústria e urbano.
- (D) agricultura, urbano e indústria.
- (E) urbano, silvicultura e têxtil.

29. Região semiárida onde os totais anuais de precipitação, em diversos pontos, não ultrapassam os 400 mm anuais, marcada em sua paisagem por solos pedregosos com formas agressivas, como os campos de *inselbergs*, assim como por um regime intermitente da rede de drenagem.

(Jurandy Luciano Sanches Ross (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. Adaptado)

Essa região apresenta uma vegetação típica denominada

- (A) Mata Atlântica.
- (B) Mata de Cocais.
- (C) Cerrado.
- (D) Caatinga.
- (E) Campos Sulinos.

30. Observe o mapa temático.



(H. Théry e N. A. Mello-Théry. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp, 2018. Adaptado)

A cartografia destacada no mapa representa especialmente

- (A) o sentido dos principais fluxos migratórios regionais.
- (B) os corredores de exportação.
- (C) as áreas de maior navegabilidade dos rios.
- (D) as regiões de planejamento e ordenamento territorial.
- (E) os fluxos migratórios observados nas últimas décadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com a Lei nº 8.666/93, são princípios básicos que norteiam o processo de licitação pública:
- (A) moralidade, impessoalidade e publicidade.
 - (B) totalidade, unidade, periodicidade e legalidade.
 - (C) legalidade, totalidade e publicidade.
 - (D) impessoalidade, publicidade, unidade e totalidade.
 - (E) exclusividade, unidade, publicidade e julgamento objetivo.
32. Das modalidades de licitação descritas na Lei nº 8.666/93, aquela que é utilizada para alienação de bens imóveis é
- (A) o leilão.
 - (B) a tomada de preços.
 - (C) o convite.
 - (D) o pregão.
 - (E) o concurso.
33. Toda ação de governo está estruturada em programas com objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) e nas respectivas ações que possam atender ao objetivo do programa. As ações, por sua vez, podem ser classificadas como
- (A) ações peremptórias ou dilatórias.
 - (B) ações de governo ou de estado.
 - (C) operações especiais, estratégicas e de governo.
 - (D) estratégicas, táticas e operacionais.
 - (E) atividades, projetos e operações especiais.
34. Conforme disposto no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, são considerados recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais
- (A) o saldo orçamentário obtido no processo licitatório.
 - (B) o resultado fiscal, acima da linha.
 - (C) os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
 - (D) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
 - (E) o superavit primário apurado em balanço financeiro do exercício anterior.
35. A receita orçamentária percorre quatro etapas e, em uma delas, observam-se as variações do índice de preços e o crescimento econômico dos últimos três anos. Trata-se da etapa
- (A) da estimativa.
 - (B) da arrecadação.
 - (C) do recolhimento.
 - (D) da previsão.
 - (E) do lançamento.
36. Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho é um ato proveniente de autoridade competente que cria obrigação de pagamento e provoca, imediatamente, uma
- (A) verificação do direito adquirido.
 - (B) redução do orçamento vigente.
 - (C) redução da disponibilidade orçamentária.
 - (D) inscrição em restos a pagar.
 - (E) redução da dotação orçamentária.
37. Com o ingresso de R\$ 3.000,00 na receita orçamentária, a prefeitura da cidade Delta empenhou um valor de R\$ 1.850,00, liquidou e pagou, no mesmo período, R\$ 1.530,00. Do valor total inscrito em restos a pagar, foram cancelados R\$ 28,00.
- Qual o valor liquidado e pago no ano seguinte, sabendo-se que 25% foram classificados como restos a pagar não processados?
- (A) R\$ 73,00.
 - (B) R\$ 370,00.
 - (C) R\$ 219,00.
 - (D) R\$ 375,00.
 - (E) R\$ 63,00.

R A S C U N H O

- 38.** O cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores. Portanto, trata-se de
- (A) um superavit financeiro maior no exercício vigente.
 - (B) uma estabilidade orçamentária e financeira do exercício vigente.
 - (C) uma redução orçamentária no orçamento vigente.
 - (D) um aumento na receita orçamentária do exercício vigente.
 - (E) um aumento na disponibilidade financeira do exercício vigente.
- 39.** São exemplos de ingressos extraorçamentários:
- (A) transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas físicas.
 - (B) depósitos em caução e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (C) receita agropecuária, industrial e de serviços financeiros.
 - (D) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
 - (E) multas contratuais, indenizações e pagamento de juros.
- 40.** Trata-se de uma forma de renúncia de receita, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:
- (A) receita financeira com juros abaixo da inflação.
 - (B) manutenção de alíquotas.
 - (C) crédito presumido.
 - (D) créditos ordinários.
 - (E) receita de serviços.
- 41.** Conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá compreender os seguintes conteúdos:
- (A) anexo de metas fiscais, critérios para limitação de empenho e estabelecimento de diretrizes e metas de longo prazo – estratégicas.
 - (B) orçamento fiscal, de seguridade social e de investimentos.
 - (C) despesas de capital, critérios para limitação de empenho e critérios para inscrição em restos a pagar.
 - (D) critérios para limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e exigências para transferências de recursos a entidades privadas e públicas.
 - (E) anexo de metas de resultado primário e nominal, orçamento de investimentos e evolução do patrimônio líquido.
- 42.** A despesa pública que no momento da sua realização reduz a situação líquida patrimonial da entidade denomina-se despesa
- (A) orçamentária efetiva.
 - (B) de capital.
 - (C) com pagamento de juros.
 - (D) com pagamento de dívida.
 - (E) de caráter continuado.
- 43.** A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, é composta de
- (A) atividade, projeto e operações especiais.
 - (B) categoria econômica, natureza da despesa e elemento de despesa.
 - (C) categoria econômica, natureza da despesa, função, projeto e atividade.
 - (D) atividade, natureza da despesa e elemento de despesa.
 - (E) programa, função, projeto e atividade.
- 44.** Os créditos suplementares e especiais, que forem autorizados por lei, serão abertos por decreto do poder executivo, desde que ocorra
- (A) receita arrecadada já prevista em lei, fonte de recurso preestabelecido e calamidade pública.
 - (B) valor predeterminado na LDO e LOA.
 - (C) superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
 - (D) previsão no PPA, excesso de arrecadação e calamidade pública.
 - (E) resultado primário superavitário, disponibilidade de recursos na fonte tesouro e valor predeterminado na LDO e LOA.
- 45.** São consideradas despesas correntes:
- (A) aquisição de títulos de crédito.
 - (B) despesas com amortização da dívida.
 - (C) aquisição de imóveis.
 - (D) equipamentos e material permanente.
 - (E) despesas com suprimentos de fundos.

46. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 22, parágrafo único, há um limite prudencial para despesas com pessoal, que proíbe concessão de reajuste ou adequação de remuneração, bem como, contratação de hora extra. O limite municipal é:
- (A) Executivo, 51,30% da RCL; Legislativo, 5,7% da RCL.
 - (B) Executivo, 50% da RCL; Legislativo, 6% da RCL.
 - (C) Executivo, 49,0% da RCL; Legislativo, 4% da RCL.
 - (D) Executivo, 37,5% da RCL; Legislativo, 4,5% da RCL.
 - (E) Executivo, 47,5% da RCL; Legislativo, 3% da RCL.
47. Os recursos financeiros que não devem ser reconhecidos como receita orçamentária são:
- (A) superavit financeiro e receita industrial.
 - (B) multas e juros de mora.
 - (C) imposto sobre exportação e IPVA.
 - (D) superavit financeiro e cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.
 - (E) alienação de bens móveis e contribuições sociais.
48. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é obrigatório para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, e um dos objetivos principais é
- (A) elaborar o projeto de lei orçamentária anual.
 - (B) limitar os gastos com pessoal e reflexos de acordo com a LRF.
 - (C) estabelecer o cronograma de execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.
 - (D) arrecadar recursos financeiros que permitam o equilíbrio orçamentário.
 - (E) distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
49. De acordo com a Lei nº 4.320/64, classificam-se como despesas de exercícios anteriores
- (A) os restos a pagar com prescrição interrompida, mas ainda vigente o direito do credor.
 - (B) as despesas liquidadas e as pagas no exercício subsequente.
 - (C) os restos a pagar cancelados pela não concretização da despesa.
 - (D) as despesas não realizadas no exercício por insuficiência de crédito orçamentário.
 - (E) as despesas empenhadas no exercício e liquidadas no exercício subsequente.
50. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 167, inciso III, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 44, vedam o uso de receitas de capital para financiamento de despesas correntes. Tal procedimento é comumente conhecido como
- (A) alterações extraorçamentária.
 - (B) regra de ouro.
 - (C) comprometimento da receita.
 - (D) pedalada fiscal.
 - (E) remanejamento de dotação.
51. Os recursos financeiros de caráter temporário, dos quais o Estado é mero agente depositário, cuja devolução não se sujeita à autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), são denominados
- (A) Receitas Não Efetivas.
 - (B) Ingressos Extraorçamentários.
 - (C) Empréstimos.
 - (D) Não Circulantes.
 - (E) Operacionais.
52. De acordo com as normas contábeis brasileiras, os créditos tributários a receber, cuja expectativa de geração de benefícios econômicos seja considerada remota (baixíssima probabilidade), deverão ser _____ demonstrações contábeis por não atenderem a definição de ativo. Entretanto, tais créditos continuam sendo objeto de controle contábil em contas apropriadas, assegurando-se a devida transparência.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente o texto.
- (A) estornados das
 - (B) ajustados nas
 - (C) desconhecidos das
 - (D) reavaliados a valor justo nas
 - (E) transferidos das

53. Com base na ilustração a seguir, responda à questão.

(ENTE DA FEDERAÇÃO)		
(Lei nº 4.320/1964)		
		Exercício: 20XX
	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas		
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos		
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas		
Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres		
Obrigações contratuais		
Outros atos potenciais passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos		

Com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição, o demonstrativo contábil que se refere ao quadro apresentado é:

- (A) Demonstração do Resultado.
- (B) Demonstração de Recursos Orçamentários.
- (C) Balanço Orçamentário.
- (D) Restos a Pagar.
- (E) Quadro das Contas de Compensação.

54. Assinale a alternativa que contém o nome da ferramenta que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo.

- (A) SIAFI.
- (B) CIAP.
- (C) SAP.
- (D) PCASP.
- (E) SCPI.

55. A renúncia da receita, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, compreende:

- (A) desconto.
- (B) crédito presumido.
- (C) estorno.
- (D) dação.
- (E) suspensão.

56. Os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos estão compreendidos

- (A) nos demonstrativos de passivos não circulantes.
- (B) na dívida pública.
- (C) na dívida ativa.
- (D) na dívida fundada.
- (E) nos empréstimos de longo prazo.

57. De acordo com a Resolução do Senado nº 40/01, na medida em que um ente da Federação emite títulos públicos, esse ente está

- (A) emitindo dívida ativa pública.
- (B) controlando o superavit primário.
- (C) consolidando uma dívida líquida.
- (D) contraindo uma dívida pública mobiliária.
- (E) gerando receita não tributária.

Com base nas informações contábeis a seguir, e considerando que os valores estão expressos em reais, responda às questões de números 58 a 61.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes	480,00	560,00	Fornecedores	2.160,00	1.920,00
Contas a receber	4.320,00	2.300,00	Empréstimos e financiamentos	3.940,00	6.500,00
Estoques	<u>6.840,00</u>	<u>7.160,00</u>	Impostos e encargos sociais a recolher	1.220,00	480,00
Total do Ativo Circulante	11.640,00	10.020,00	Demais contas a pagar	<u>120,00</u>	<u>100,00</u>
	-	-	Total do Passivo Circulante	7.440,00	9.000,00
Ativo Não Circulante					
Depósitos recursais	380,00	440,00	Empréstimos e Financiamentos	4.020,00	2.180,00
Contas a receber a longo prazo	1.140,00	520,00	Total do passivo não circulante	4.020,00	2.180,00
Investimentos	4.040,00	1.920,00	Capital	3.600,00	2.400,00
Imobilizado	6.000,00	4.560,00	Reservas	8.820,00	4.560,00
Intangíveis	<u>680,00</u>	<u>680,00</u>	Total do Patrimônio Líquido	12.420,00	6.960,00
Total do Ativo	23.880,00	18.140,00	Total do Passivo	23.880,00	18.140,00

Informações adicionais para o exercício de 2019:

Adições do imobilizado em 2019: R\$ 1.980,00.

Receita líquida de vendas: R\$ 15.000,00.

Despesa de depreciação no ano: R\$ 540,00.

Resultado positivo de equivalência patrimonial: R\$ 2.120,00.

Lucro líquido do exercício de 2019: R\$ 4.260,00.

58. Com base nas informações fornecidas, considerando o conceito de fluxo de caixa pelo método indireto, assinale a alternativa que contém o valor, em reais, do caixa líquido proveniente das atividades operacionais para o exercício de 2019.

- (A) 2.650,00.
- (B) 480,00.
- (C) 1.420,00.
- (D) 1.980,00.
- (E) 80,00.

59. Assinale a alternativa que contém o valor aproximado, em reais, do índice de liquidez geral, para o exercício de 2019. Para o cálculo, considere até a segunda casa decimal, bem como o critério de arredondamento.

- (A) 1,15.
- (B) 0,84.
- (C) 1,60.
- (D) 0,64.
- (E) 1,56.

R A S C U N H O

60. Assinale a alternativa que contém o valor aproximado, da margem líquida, para o exercício de 2019. Para o cálculo, considere até a segunda casa decimal, bem como o critério de arredondamento.
- (A) 0,40.
(B) 0,28.
(C) 0,42.
(D) 0,33.
(E) 0,15.
61. Na relação custo-volume-lucro, calcule o ponto de equilíbrio em quantidade de um determinado produto, considerando as seguintes informações:
- Preço de venda unitário do produto – R\$ 1.000,00.
 - Valor unitário das despesas e custos fixos – R\$ 700,00.
 - Valor das despesas e custos fixos/mês – R\$ 1.200.000,00.
- Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta.
- (A) R\$ 1.200,00.
(B) R\$ 3.250,00.
(C) R\$ 2.300,00.
(D) R\$ 4.200,00.
(E) R\$ 4.000,00.
62. Conforme previsto na Resolução do Senado nº 43/01, art. 14, e na Lei Complementar nº 101/00, art. 32, assinale a alternativa que contém a condição correta para realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- (A) Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.
- (B) Ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil de dezembro de cada semestre, dentro de cada ano.
- (C) Inclusão de juros subsidiados, permitindo concorrência com operações específicas de fomento.
- (D) Realizar-se somente a partir do trigésimo dia do início do exercício.
- (E) Será permitida mesmo enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada, desde que haja garantia de resgate.

63. Em 31 de dezembro de 2019, o contador de uma determinada entidade pública verificou diversas despesas empenhadas, mas que não foram pagas, distinguindo-se as processadas das não processadas. Nesse caso, o contador deverá:
- (A) classificá-las como Restos a Pagar.
 - (B) cancelar os empenhos.
 - (C) providenciar o pagamento antes da virada do exercício.
 - (D) devolver os empenhos a suas origens para reprocessamento.
 - (E) deixá-las registradas nas contas a pagar.
64. Do lucro líquido do exercício, _____ serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de _____ do capital social.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) 6% ... 10%
 - (B) 5% ... 20%
 - (C) 10% ... 10%
 - (D) 10% ... 20%
 - (E) 5% ... 30%
65. O compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle é denominado, segundo os pronunciamentos contábeis, de
- (A) *Joint Venture*.
 - (B) Combinação e Negócios.
 - (C) Empresa Coligada.
 - (D) Controle Conjunto.
 - (E) Empresa Controlada.
66. Quando há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo, mesmo havendo a possibilidade de esse ativo vir ou não vir a ser transferido ao final da operação, se atendidas as condições contratadas e houver interesse pela parte onerada, tal operação deverá ser classificada como
- (A) financiamento.
 - (B) aquisição à vista, fomentada em parcelas.
 - (C) arrendamento mercantil financeiro.
 - (D) aluguel.
 - (E) aluguel operacional.
67. Assinale a alternativa que apresenta a contabilização de uma operação de crédito, no momento de sua contratação, natureza da operação de controle, considerando o plano de contas para o setor público.
- (A) Débito: Obrigações Contratuais.
Crédito: Execução de Obrigações Contratuais – a Executar.
 - (B) Débito: Controle da Disponibilidade de Recursos.
Crédito: DDR – Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - (C) Débito: Obrigações Contratuais.
Crédito: DDR Comprometida por Empenho.
 - (D) Débito: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.
Crédito: DDR – Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - (E) Débito: Execução de Obrigações Contratuais – a Executar.
Crédito: Obrigações Contratuais.
68. As receitas públicas arrecadadas dentro do exercício financeiro aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Elas são classificadas como receita:
- (A) de capital.
 - (B) patrimonial.
 - (C) operacional.
 - (D) empenhada.
 - (E) corrente.
69. Nas etapas da despesa orçamentária, o empenho está inserido
- (A) na execução.
 - (B) no planejamento.
 - (C) na liquidação.
 - (D) no pagamento.
 - (E) no fechamento.
70. No que tange a emitir uma opinião de auditoria, quando o auditor é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, devido a uma incerteza ou limitação de escopo que é tanto relevante quanto generalizada, este deverá emitir uma opinião
- (A) contrária.
 - (B) de abstenção.
 - (C) qualificada.
 - (D) desqualificada.
 - (E) adversa.

